

# INICIATIVAS RECENTES DO MÉXICO PARA AMÉRICA LATINA E ÁSIA: NOVA DIPLOMACIA ECONÔMICA?

Marcela Franzoni<sup>1</sup>

Carlos Eduardo Carvalho<sup>2</sup>

## Resumo:

Nos últimos anos o México vem tomando iniciativas para se reaproximar da América Latina, em termos econômicos e políticos, e para se reposicionar de forma mais assertiva e autônoma em relação à Ásia, em especial à China. O TLCAN limitou as possibilidades de ação do México no Caribe e na América Latina, tendo o país agora que apostar em uma estratégia mais ampla. As motivações para tanto residem nas oportunidades abertas pelas mudanças no cenário internacional para países com seu perfil e também as dificuldades internas que enfrenta para acelerar crescimento econômico e equacionar a grave conjuntura social evidenciada em anos recentes, apesar de o país ser um grande exportador de manufaturados e um destino preferencial de investimentos externos. As iniciativas adotadas, contudo, têm gerado resultados fracos até aqui e a diplomacia econômica mexicana continua focada nos Estados Unidos e na OCDE.

## Palavras chave:

México; potências médias; inserção internacional; relações econômicas internacionais.

## 1. INTRODUÇÃO

O cenário internacional em transformação, as dificuldades para sustentar o crescimento econômico e os graves problemas sociais motivam o México a repensar sua estratégia de inserção internacional. A formalização do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte, o TLCAN (mais conhecido no Brasil como NAFTA), em 1992, favoreceu a exportação de seus produtos manufaturados para o gigantesco mercado vizinho e a atração de investimentos externos, mas impôs limitações a uma inserção mais autônoma no sistema internacional e na sua própria região. Com isso, o México encontra

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

dificuldades para atuar na América Latina como uma potência regional, apesar de ser uma potência média em âmbito global.

As pautas que não avançaram na agenda bilateral com os Estados Unidos nos anos recentes, a intensidade com que o país foi afetado pela crise de 2008 e o surgimento de iniciativas na América do Sul que isolavam o México do subcontinente favoreceram iniciativas diplomáticas para expandir e diversificar suas parcerias econômicas. A agenda econômica continua no centro de sua política externa, mas o país busca posicionar-se de uma forma mais favorável e mais flexível em uma conjuntura internacional de complexidade crescente, com a ascensão da China e as indefinições da política econômica dos EUA.

Como uma potência média, o México tem buscado ampliar suas iniciativas e seu campo de ação na Ásia e na América Latina, espaços chave para uma inserção mais globalizada e para a desejada ampliação do peso do país no cenário internacional. Contudo, mesmo com a formalização da Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos – CELAC, da Aliança do Pacífico e da evolução da relação bilateral com a China, o México mantém-se próximo dos projetos dos Estados Unidos, como a Parceria Transpacífico, devido à sua dependência econômica e por ter grande parte de sua estrutura industrial voltada para os mercados centrais.

O artigo discute os significados e possíveis implicações dos movimentos recentes da diplomacia econômica mexicana. Argumenta-se que indicam uma reformulação da sua inserção internacional e não uma mudança de objetivos da política externa. Apesar do México ter significativo potencial de influência nos fóruns multilaterais e grandes atrativos econômicos, enfrenta problemas estruturais e limitações para se inserir no seu continente, o que gera demandas por mudanças. O distanciamento do país se agravou pela ascensão de governos de centro-esquerda na América do Sul, empenhados em processos de integração com escopo político e social e questionadores da influência dos Estados Unidos na América Latina. O México, contudo, manteve-se como país aberto economicamente, focado em acordos comerciais de baixa formalização e nos países da OCDE. O recente debilitamento desses governos pode vir a favorecer uma agenda externa mais focada em questões econômicas, mais próximas da agenda mexicana, o que poderia levar à ampliação do diálogo bilateral e a iniciativas mais focadas em relações comerciais com esses países.

Além da literatura recente sobre as relações econômicas internacionais do México e sobre sua categorização como potência média, e em outras categorias, o artigo está baseado em fontes oficiais, como a Secretaria de Relações Exteriores, Secretaria de Economia e o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico 2013-2018. Com isso, a proposta é analisar as iniciativas recentes do

México e o que tais movimentos indicam sobre a inserção internacional do país. Trabalha-se com a hipótese de que o discurso da diversificação de parcerias se apresenta de forma mais forte do que os resultados alcançados, já que se mantêm a dependência em relação aos Estados Unidos e a precária aproximação com a América Latina. Em suma, o México desenvolve uma política externa em várias frentes, com alcance ainda limitados.

Depois dessa introdução, a segunda seção discute as categorias teóricas utilizadas recentemente para analisar a posição internacional do México – potência média, potência regional e país emergente – e para situar a análise dos desafios e oportunidades desses países no cenário atual; a terceira seção analisa os desafios que a inserção externa coloca para o desenvolvimento econômico do México; a quarta, por fim, aborda-se as relações econômicas internacionais mexicanas e o que as iniciativas recentes indicam, dentro do contexto formado pelo cenário externo em mudança e pelas limitações que o país enfrenta na sua estratégia de inserção internacional.

## **2. CATEGORIAS PARA A ANÁLISE DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO MÉXICO**

O México é tratado como país em desenvolvimento (Cooper; Flandes, 2013), potência média (Gutiérrez, 2015; Maihold, 2014; Pellicer, 2006) e potência regional (Sarkis, 2010). Trata-se de um país bastante difícil de classificar, já que pelas suas peculiaridades, não há uma categoria única em que sua inserção internacional possa ser bem caracterizada.

Para Sennes (1998), as discussões sobre potências médias evoluíram a partir dos anos de 1960 com o Movimento dos Não-Alinhados e o resultado de estratégias industrializantes em várias partes do mundo – em grande parte da América Latina, Industrialização por Substituição de Importações. São chamados de potências médias os países intermediários, ou seja, aqueles que se diferenciam tanto das grandes potências como dos países pobres. Nesse sentido, é uma categoria de países “[...] que se encontra na faixa intermediária de recursos disponíveis”. (SENNESES, 1998: 387)

As potências médias exercem influência no sistema internacional, ainda que não seja decisiva. Sennes (1998) reconhece ser passível de grandes debates de que forma é mais adequado medir o poder de um Estado. Considera importante, além dos elementos “duros” (tamanho geográfico e populacional, Forças Armadas e Produto Interno Bruto), analisar a inserção internacional dos países e também o papel que desempenham nos fóruns internacionais. São Estados que, segundo o autor, convivem com condicionantes na sua Política Externa, mas que possuem algum grau de autonomia.

O autor ainda destaca que são países que conjugam uma “dupla inserção internacional”, a qual passa pela presença no sistema internacional e nos respectivos sistemas regionais, ainda que o último seja “[...] considerado como o espaço preferencial do engajamento político internacional das potências médias e a arena em que veem mais diretamente envolvidos seus interesses” (SENNES, 1998: 405).

Por serem países com limitações internas e externas à sua atuação internacional e com “estruturas disformes”, tendem a comportar-se no sistema internacional de maneira diversificada e muitas vezes contraditória (Sennes, 1998). Para o autor, as potências médias acreditam poder alcançar seus interesses nacionais de forma mais eficaz por meio da atuação em negociações multilaterais, buscando reforçar sua influência no âmbito regional e evitar que potências extra regionais interfiram na região em que exercem influência. (Sennes, 1998)

De acordo com Maihold (2014), potências médias são aqueles países que possuem potencial econômico global. São Estados que prezam pela cooperação internacional e procuram atuar como mediadores nos fóruns internacionais, capazes de facilitar acordos e de atuar em múltiplos cenários. Esse comportamento internacional, por sua vez, exige uma “política externa multivetorial”, com atuação em várias frentes, capaz de abrir espaços e aumentar as oportunidades para uma presença mais global desses países. (Maihold, 2014)

Apesar de compartilharem elementos em comum, as potências médias têm maneiras distintas de se posicionarem perante, por exemplo, as grandes potências, a gestão da política macroeconômica e o engajamento que mantem com sua região. O contexto internacional classificado por Maihold (2014) de “geometria variável” permite arranjos diversos e pode favorecer países que tenham inserção mais globalizada a obter mais peso e mais voz nos órgãos multilaterais. Para o autor, a inserção dos países em desenvolvimento como um ator relevante na política internacional depende de sua adaptabilidade a contextos diferentes, ora atuando em coalizão, inclusive com países com menor poder relativo, ora de forma descentralizada e privilegiando acordos bilaterais. Os objetivos da política externa muitas vezes divergem do multilateralismo atual da governança global, propondo também reformas na ordem internacional.

Já Nolte (2006) estabelece uma distinção entre potências médias, distinguindo “novas potências médias” e as “potências médias tradicionais”. De acordo com o autor, os Estados classificados na primeira categoria são potências regionais, e são também potências médias no âmbito global. Já a segunda, refere-se a países que se definem pelo seu papel de gerar entendimentos no sistema internacional, papel reconhecido por outros Estados, de acordo com a perspectiva construtivista. Nesse sentido, as potências médias não se definem pelo critério material, ainda que ele não deixe de ser

importante (Nolte, 2006). Por esses critérios, muitos candidatos a serem potências regionais são também potências médias, como o Brasil, Índia, México, Nigéria e África do Sul; e são classificados por ele como potências médias tradicionais o Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Países Baixos.

As potências regionais, por sua vez, dispõem de recursos regionais amplos, mas com alcance global limitado. Nesse sentido, esses países devem ser analisados sobre marcos múltiplos: regional, inter-regional e global (Nolte, 2006). Geralmente, os atributos utilizados para definir as potências regionais é o número de habitantes, o Produto Interno Bruto, Forças Armadas e se possuem armas nucleares. Sua estratégia de inserção internacional pode se assemelhar à das potências médias, mantendo ambas interesse pelas Instituições Internacionais e pela formação de coalização para enfrentar os Estados mais poderosos. (Nolte, 2006)

As potências regionais, segundo Nolte (2006), exercem um “poder líder” em uma região demarcada, o qual é reconhecido pelos outros Estados da região. Também, influem nas dinâmicas geopolíticas regionais, possuem recursos materiais e ideológicos, definem a agenda de segurança regional e atuam nos fóruns internacionais. As potências regionais podem criar uma situação de equilíbrio frente aos Estados Unidos, podendo estimular alianças alternativas à influência da grande potência. Esse país, por sua vez, teme que a maior cooperação internacional entre as potências médias possa torná-las mais independentes da sua hegemonia, limitando seu exercício de poder. (Nolte, 2006)

A inserção de uma potência regional na sua região muitas vezes se formaliza no regionalismo, podendo levá-la a exercer inclusive a postura de hegemônica. (Nolte, 2006) As Instituições regionais podem também ser uma via para que tais países desempenhem papel mais relevante no âmbito global. A liderança de uma potência regional deve ser fundamentada em recursos de poder e no seu reconhecimento por parte de outros Estados, o qual virá apenas se os outros países se sentirem beneficiados nesse processo. Assim, em grande parte o exercício do poder líder envolve a cooperação que a potência estabelecerá com os outros Estados da região em que exerce influência. (Nolte, 2006)

A atual complexidade das Relações Internacionais pode ser, segundo Gutiérrez (2015), uma oportunidade para que os países em desenvolvimento exerçam maior protagonismo. Esses países originários do Sul possuem significativa influência na economia global e nas negociações internacionais, o que vem remodelando as relações de poder no sistema internacional (Cooper; Fletes, 2013). Localizados entre o centro e a periferia, estabelecem relações entre a política internacional e a regional e muitas vezes adotam estratégias de inserção contraditórias. Nesse sentido, os autores consideram reducionista apontar a China como o único fator que estaria levando às mudanças no sistema internacional, já os países do Sul de forma geral ganharam maior protagonismo.

Ainda se acordo com Cooper e Flesmes (2013), os EUA se veem impelidos a negociar com esses “novos” atores, considerando-os muitas vezes uma ameaça à sua hegemonia. Demandam mudanças no sistema multilateral que, segundo os autores, origina-se do fato de os países emergentes não se sentirem contemplados pelos seus privilégios, buscando mais espaço de ação dentro do capitalismo internacional e das instituições. Apesar de tal classificação ter se iniciado pelo critério do crescimento econômico, segundo Cooper e Flesmes (2013), são países que demonstraram um perfil diplomático ativo ao reivindicar tais alterações.

Enquanto esses países apresentam a ação coletiva como estratégia central, sua participação nos fóruns contribui para sua ascensão global. Os autores (Cooper; Flesmes, 2013) apontam como exemplos desses países o Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e México, os quais fazem parte de regiões dinâmicas e ocupam o centro da economia global pelas projeções de crescimento econômico. Os próprios autores questionam, contudo, em que medida de fato poderão exercer uma liderança coletiva, já que são países com regimes políticos distintos, aspectos econômicos não complementares e singularidades regionais. Sua posição de poder no sistema internacional também passa por sua respectiva liderança na sua região e os custos em que assumirá no processo. (Cooper; Flesmes, 2013)

Philip Golub (2013) também aponta para mudanças rumo a um sistema internacional mais policentro e plural com a consolidação do Sul global como um polo da economia capitalista. Destaca também que a Ásia, apesar de não ter suplantado a zona do euro e do Atlântico, passa a ser uma região dinâmica e que reconfigura os investimentos e o comércio, ainda estando pendente os países emergentes conseguirem autonomia efetiva. Philip Golub (2013) a relaciona diretamente ao enfrentamento dos problemas relacionados à dependência e a desigualdade, atingindo melhores posições econômicas e que não reproduza assimetrias e constrangimentos por estarem “presos” na divisão internacional do trabalho.

A ascensão de países do Sul levou ao aumento das trocas comerciais entre eles e, em muitos casos, à diminuição da dependência dos Estados Unidos. (Golub, 2013) O autor também destaca que o Leste Asiático e especificamente o poder econômico chinês representam hoje o motor de uma mudança sistêmica e de reformulação do capitalismo. Contudo, essa não caminha no sentido de uma proposta de “terceira via” como nos anos de 1960, mas por meio de atores que buscam um lugar mais competitivo no sistema capitalista global. (Golub, 2013)

Também vem sendo utilizado como um critério para definir os países em desenvolvimento a inserção dos mesmos em cadeias globais de valor. Elas são consideradas, simultaneamente, uma forma de promover o desenvolvimento econômico mas também um grande desafio para as potências médias

recém-industrializadas<sup>3</sup>. Elas representam hoje, segundo Zhang e Schimanski (2014), a inserção em etapas fragmentadas do processo produtivo global em busca de incrementar sua participação no comércio mundial. Diante da inviabilidade de se internalizar toda a cadeia produtiva em um único território e consequentemente nacionalizar a renda gerada, os países participantes das cadeias englobam crescente valor estrangeiro adicionado nos produtos, os quais aumentam os componentes importados nas suas balanças comerciais.

De acordo com as autoras, a participação de um país nas cadeias globais de valor se tornou um fator que mede sua participação no comércio mundial e seu grau de abertura econômica. Apesar das cadeias se concentrarem fortemente nos países em desenvolvimento, eles ainda se deparam com o baixo nível dos produtos feitos internamente, a mão de obra barata e o excedente de matérias primas, dificultando a transferência e internalização de conhecimento e tecnologia. Torna-se, nesse sentido, um grande desafio para as potências médias aumentarem a pauta de manufaturados na sua balança comercial e atingir maior equilíbrio entre os insumos importados e os produzidos internamente, não se limitando a atividades de baixo valor agregado.

Avrichir (2015) resume as dificuldades que as potências médias encontram para se posicionarem nas cadeias globais de valor e tornar sua inserção contributiva para seu desenvolvimento econômico: “[...] a inserção nessas cadeias, além de nem sempre propiciar a apropriação de parcelas interessantes do valor gerado, pode significar prejuízos para as empresas e até mesmo a eliminação de empregos, por meio da concorrência que produtos importados podem fazer aos mercados nacionais” (AVRICHIR, 2015: 38). Assim, “o resultado disso é que uma parcela cada vez maior do que os países exportam seja composta de conteúdo importado”. (AVRICHIR, 2015: 38) A prioridade que os países darão para as cadeias globais de valor e a forma com que se inserirão diferencia as estratégias de desenvolvimento das potências médias, revelando diferentes graus de vinculação com tratados de livre-comércio e privilegiando parcerias comerciais distintas.

Desde os anos 1980 o México aposta em uma estratégia de desenvolvimento e de inserção internacional comercialista, com alto grau de abertura econômica e que privilegia a produção de manufaturados que serão exportados para os países centrais. Contudo, a escolha mexicana de acesso privilegiado ao mercado estadunidense via TLCAN gerou resultados contraditórios, não aumentando significativamente a competitividade do país, mantendo sua heterogeneidade estrutural e uma dependência de grande magnitude da economia vizinha. A opção estratégica pela aliança com o Norte

---

<sup>3</sup> Categoria apresentada por Sennes (1998) que qualifica as potências médias/países em desenvolvimento. O autor inclui nesse grupo de países: Brasil, México, Índia e Coreia do Sul.

levou o México a distanciar-se do restante da América Latina, cujos países, em grande parte comandados por governos de centro-esquerda, passaram a enxergá-lo com bastante desconfiança.

Essa escolha da diplomacia mexicana levou-a ao abandono de pretensões de liderança na região e ao afastamento do país dos debates regionais, como a definição de uma agenda de segurança e o estabelecimento de consensos econômicos e políticos. Nesse contexto, é possível afirmar que o TLCAN limitou as possibilidades de engajamento do México com o restante do continente, questionando em que medida de fato pode ser classificado como potência regional. Na última década, esse papel coube em grande parte ao Brasil, que formalizou a União das Nações Sul-Americanas, o que acabou por limitar ainda mais as possibilidades de ação do México.

Desde a gestão de Felipe Calderón (2006-2012) há um esforço por parte da diplomacia mexicana de restabelecer laços de cooperação política e econômica com os outros países da região, principalmente na América do Sul. Podem ser citadas como iniciativas nesse sentido o Fórum do Arco do Pacífico Latino-americano (2007), a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (2010) e a Aliança do Pacífico (2012). Como alguns autores discutem, a inserção internacional mexicana passa pelo entendimento e uma presença fortalecida no seu próprio continente, buscando parcerias econômicas principalmente com países que mantêm estratégias políticas e de desenvolvimento similares a sua. Como será discutido nas próximas seções, os resultados que tais medidas tiveram ainda são muito débeis para indicar um engajamento cooperativo do México com o restante do continente. Seria o que Garza, Schiavon e Flores (2010) apontam como uma política externa “paradoxal” na medida em que, apesar do discurso, seus resultados foram contraditórios e inesperados.

### **3. OS DESAFIOS COLOCADOS PELAS MUDANÇAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

Os desafios à inserção internacional mexicana, além dos relacionados às transformações do sistema internacional, também advêm da sua própria dinâmica doméstica e das escolhas históricas do país. No final dos anos 1980 havia grande expectativa gerada pela abertura econômica, levando à sua entrada na OCDE no ano em que o TLCAN entrou em vigor, em 1994. Contudo, alguns autores (Brid, 2009; Ibarra, 2008) questionam os resultados que tais iniciativas tiveram, como a piora de índices sociais e o aumento da vulnerabilidade econômica mexicana.

Pela forte relação econômica entre o México e os Estados Unidos, o país é bastante afetado pelas oscilações grande potência. Em 2008 o PIB mexicano cresceu apenas 1,4% e em 2009 caiu 4,7% com a crise financeira norte-americana. (World Bank, 2016) A dependência da economia vizinha também se



observa na balança comercial e na importância do mercado dos EUA para a estrutura produtiva mexicana: cerca de 80% das exportações mexicanas são destinadas a aquele mercado, enquanto importa cerca de 48% dos produtos dos EUA. (Secretaría de Economía, 2016)

A taxa média de crescimento econômico mexicano de 2006 a 2014 foi de 2,3% ao ano, considerada baixa para o país da América Latina com maior participação no comércio mundial e o segundo maior receptor de investimentos externos (CEPAL, 2015). É o que Carlos Ibarra (2008) aponta como um paradoxo, visto que no final dos anos de 1980 o México se consolidou como um destino do capital internacional e grande exportador de manufaturas, mas não consegue sustentar seu crescimento econômico. Esse dado também reflete a heterogeneidade estrutural presente no país e uma estrutura produtiva pouco integrada com o restante da economia, o que tem reflexos na estrutura social - 53,2% da população mexicana vivia abaixo da linha da pobreza em 2014 (World Bank, 2016).

A estrutura produtiva mexicana é composta pela indústria proveniente do período de industrialização por substituição de importações e pelas maquiladoras, incentivadas por um programa governamental de 1965. Desde o “Decreto para o fomento da indústria manufatureira, maquiladora e de serviços de exportação” (IMMEX) de 2006, não há mais distinção nos dados provenientes de um ou outro tipo industrial. De acordo com as últimas estatísticas disponíveis, 44% das exportações e 34% das importações eram atribuídas às maquiladoras (Banco de México, 2006). Nesse período, as importações já eram superiores às exportações, sendo que no mês de outubro de 2015 os insumos importados chegaram a ser 2,9 vezes maiores que os nacionais. (INEGI, 2015)

O segundo maior parceiro comercial do México é a China. Enquanto as importações sofreram um processo de desconcentração dos Estados Unidos (69,2% em 1993 para 48,8% em 2014), o inverso ocorreu com os produtos chineses que chegam ao México. Enquanto em 1993 esse parceiro representava apenas 0,59% do total importado pelo país, esse valor passou para 16,56% em 2014 (Secretaría de Economía, 2016). As exportações para o mercado chinês ainda são pequenas (1,5% em 2014) e evidenciam, nesse sentido, o espaço diminuto que os produtos mexicanos ocupam no mercado asiático e as possibilidades de aprofundamento da relação comercial.

Apesar de já haver um acordo específico de livre-comércio e de facilitação dos investimentos entre os membros da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México e Peru), o comércio entre o México e os membros ainda é bastante baixo. Os parceiros da Aliança representam 2,16% das exportações mexicanas e apenas 0,84% das importações (Secretaría de Economía, 2016). Para os membros da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), o México exportou cerca de 4,5% do valor anual

em 2014 e importou 2,4%. Já para a América Central, o valor exportado em 2014 correspondeu à cerca de 1,2% e o de importações, 1,07%. (Secretaría de Economía, 2016)

De acordo com dados disponíveis da balança comercial mexicana de dezembro de 2015, 91,5% do que o país exporta são produtos manufaturados, seguindo as exportações petroleiras (cru e derivados) com cerca de 4%, agropecuários com 3,3% e extrativos com 1,2%. (Banco de México, 2016). No que se refere às importações, o país importa 73,6% em bens de uso intermediário, 15,1% em bens de consumo, 11,2% em bens de capital e 8,3% de petroleiros (Banco de México, 2016).

O perfil da balança comercial mexicana evidencia um país em desenvolvimento, indicando participação em cadeias globais de valor devido ao alto índice de importações de bens intermediários. Tais produtos terão certo valor agregado internamente, mas não se configuram como bens de capital, evidenciando a dificuldade dos países recém industrializados e em desenvolvimento de atuarem em atividades de alta tecnologia.

A ampliação da participação chinesa nos parceiros comerciais mexicanos também indica um arranjo produtivo em que o México representa um possível elo entre a China e os Estados Unidos, importando intermediários chineses e revendendo-os para o mercado americano. Essa relação reforça a posição mexicana na Divisão Internacional do Trabalho, assim como de algumas outras potências médias, de concentrarem-se em produtos de baixo valor agregado. Além disso, dos países disponíveis no banco de dados da OCDE, o México está bem abaixo da média de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (2,3% do PIB), invertendo apenas 0,5% do PIB. (OCDE, 2016)

É importante mencionar que muitos dos problemas aqui apresentados, como a inserção em dinâmicas produtivas de menor valor agregado, volatilidade financeira e vulnerabilidade econômica frente ao avanço chinês, são também encontrados em outras potências médias. Contudo, o caso mexicano se torna peculiar pela magnitude da dependência dos Estados Unidos, por ser uma plataforma de exportação de produtos manufaturados para os mercados centrais e pelo pouco vínculo estabelecido com os outros países da região. A vulnerabilidade da sua economia frente aos EUA e os índices sociais indicam uma estratégia de desenvolvimento questionada em seus resultados, aumentando as pressões internas para mudanças.

#### **4. AS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS DO MÉXICO**

O México tem procurado ampliar e diversificar suas relações econômicas internacionais nos últimos anos, em direção à América Latina e à Ásia-Pacífico, diante da percepção de que precisa e pode

explorar melhor o contexto internacional em transformação para equacionar os problemas que país enfrenta.

Fatores externos e internos motivam a diplomacia mexicana a diversificar suas parcerias econômicas internacionais para atrair investimentos externos, ampliar o mercado consumidor de seus produtos manufaturados e reverter a perda de competitividade para a Ásia. Apesar de o foco continuar sendo manter os Estados Unidos como principal parceiro comercial, garantir presença na OCDE e apostar em processos integracionistas de baixa formalização, o México passou a procurar maiores possibilidades de cooperação e uma presença mais assertiva no mundo. Como destaca Olga Pellicer (2006), ser um poder médio implica que o México adquira certa independência dos EUA, fortalecendo os fracos laços com o restante da América Latina e ampliando a cooperação com os outros países do continente.

Alguns autores (Garza; Schiavon; Flores, 2010) apontam que já estava presente no discurso do então presidente Vicente Fox (2000-2006) a intenção de diversificar as relações comerciais mexicanas. Constava como objetivo da sua política externa ampliar a participação do país nos fóruns internacionais e diminuir a vulnerabilidade econômica em relação à grande potência. Contudo, o que era apontado como um “governo de mudança” pela troca histórica de partido político no poder, gerou resultados contraditórios e inesperados e não se configurou como um grande promotor do desenvolvimento nacional. (Garza; Schiavon; Flores, 2010)

A relação bilateral Estados Unidos-México evoluiu de uma agenda intensa dos anos 1990 para uma parceria inercial com o esfriamento do ciclo entusiasta com o Tratado de Livre-Comércio da América do Norte, segundo Blackmore e Pellicer (2011). Além dos efeitos que a crise de 2008 teve nos dois países, a agenda bilateral centrou-se em grande medida em temas de segurança e fronteiriços a partir de 2001. No encontro de novembro de 2006 em Washington entre o ex-presidente estadunidense George W. Bush e Felipe Calderón, estava em pauta uma reforma migratória, demandada pelo governo mexicano devido ao intenso fluxo de pessoas que seguiam aos EUA, mas que não foi implementada pelo governo estadunidense.

A relação bilateral entre os dois países foi abalada em 2013 com as denúncias de que a Agência Nacional de Inteligência dos Estados Unidos espionara as comunicações do então candidato a presidência no México Enrique Peña Nieto. A Secretaria de Relações Exteriores mexicanas enfatizou a importância de investigar o ocorrido, além de “[...] su categórica condena a la violación de la privacidad de las comunicaciones de instituciones y ciudadanos mexicanos. Esta práctica es inaceptable, ilegítima y contraria al derecho mexicano y al derecho internacional”. (SECRETARIA DE RELACIONES EXTERIORES, PRENSA, 2013)

Segundo Blackmore e Pellicer (2011), a atual conjuntura da relação bilateral entre os países e as indefinições pelas quais passa a economia internacional convidam o México a rever sua política externa e suas parcerias tradicionais. Ziccardi (2011) aponta ainda que o México perdeu voz e iniciativa na América Latina, sendo apontado por países da região como pertencente à América do Norte. Nesse sentido, a relação deteriorada com os Estados Unidos e o surgimento de iniciativas multilaterais (ALBA em 2004 e UNASUL em 2008) na região que não incluíam o México levou o então presidente Felipe Calderón (2006-2012) a buscar retomar espaços no continente.

As iniciativas multilaterais que surgiram com a ascensão de governos de centro-esquerda na região, processo pelo qual o México não passou, favoreceram processos mais políticos e sociais do que econômicos (Ruiz, 2010). As várias iniciativas integracionistas contribuíram, segundo Gardini e Malamud (2012) para desintegrar a América Latina e integrá-la em sub-regiões que buscam a cooperação, - a depender da estratégia de desenvolvimento e de inserção internacional de cada país. No caso mexicano, ele manteve-se em parcerias econômicas com Tratados de Livre-Comércio e que confluíssem com sua estratégia de liberalização comercial.

O México continuou a investir em processos de cooperação bilateral e multilateral sob a ótica do livre comércio, com o propósito principal de diversificar a pauta de comércio (Anyul; Moreno-Brid; Nápoles, 2011). Contudo, segundo os mesmos autores, essa estratégia não é suficiente para promover o desenvolvimento econômico e superar os problemas advindos da heterogeneidade estrutural. Sua presença na América do Sul é em grande parte afetada pela liderança brasileira na região, país com que não consegue estabelecer uma relação de complementaridade econômica. Contudo, se a ascensão da centro esquerda em boa parte da América Latina no início do século XXI favoreceu o isolamento regional do México, também estimulou o país a procurar se aproximar de países com governos ideologicamente mais próximos, a partir da gestão de Felipe Calderón.

Além disso, a política econômica externa do México, principalmente na última década, considera o Pacífico como uma região articuladora da sua inserção internacional. (Ruiz, 2010) Apesar de não haver consenso de qual é a melhor forma de se engajar com a China (Ellis, 2014), os países da região estão atentos para o vetor asiático e a velocidade com que a China intensificou sua presença na América Latina. Para cada país isso teve efeitos distintos. No caso do México, além da migração de maquiladoras para o outro lado do Pacífico, a China, é um país importante em termos de aporte de recursos financeiros para as reformas institucionais que o México realiza desde 2012, além de competir diretamente com alguns produtos intermediários mexicanos.

Em 2007 foi lançado o Foro do Arco do Pacífico latino-americano, o qual tem, segundo Ruiz (2010), a proposta central de coordenar estratégias nacionais “para fora” com o gigante asiático. É uma iniciativa de cooperação econômica com foco comercial e que busca convergir os Tratados de Livre Comércio vigente entre os países membros. De acordo com Ruiz (2010) seu objetivo central é ampliar as afinidades existentes e a capacidade de interlocução política e econômica com a Ásia, além da convergência comercial e oportunidades financeiras.

Outra iniciativa multilateral no espaço da América Latina foi a Aliança do Pacífico (México, Colômbia, Chile, Peru), fundada em maio de 2011 na sua primeira cúpula, em Lima. A iniciativa apresenta três objetivos principais: liberalização de bens, serviços e pessoas; promover o crescimento, o desenvolvimento e a competitividade dos países membros; e ser uma plataforma política, econômica e comercial com a Ásia Pacífico. (The Pacific Alliance, 2016) De acordo com Turzi (2014), é uma iniciativa de integração regional funcional aos interesses dos Estados Unidos e que projeta os países membros e suas respectivas estratégias de desenvolvimento econômico e de inserção externa. Contrapõem-se diretamente ao Mercosul na medida em que propõe a facilitação do comércio com parceiros externos. (Turzi, 2014)

O México mantém diversos interesses em participar dessa iniciativa. O tamanho do seu mercado interno, sua capacidade industrial e o grau de integração com a economia estadunidense poderia afirmá-lo como principal fornecedor de manufaturados e uma plataforma de produção e exportação (Turzi, 2014). Em julho de 2015 entrou em vigor o Acordo Marco da Aliança do Pacífico e também foi realizada a X Cúpula da organização. Na declaração oficial de Paracas, as “economias emergentes” destacam a importância do livre comércio e de “uma inserção efetiva no mundo globalizado” para a promoção do crescimento e desenvolvimento econômico, além de destacar acordos educativos e de promoção do turismo entre os países membros. (Alianza del Pacífico, 2015)

Gardini e Malamud (2012) também apontam a Aliança do Pacífico como uma reação à radicalização ideológica de grande parte da América do Sul, um arranjo que busca dar uma resposta distinta à relação com os EUA, à liderança no continente e ao modelo de desenvolvimento econômico. É uma proposta de regionalismo dirigida por cálculos econômicos, buscando intensificar as trocas comerciais entre os membros do bloco, mas principalmente com regiões extracontinentais. (Gardini; Malamud, 2012)

Aproximar-se dos países com que o México mantém maiores afinidades político-ideológicas não o impediu de incentivar, em 2010, a criação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Assim como o Foro do Arco do Pacífico Latino-americano e a Aliança do Pacífico, a CELAC

também pode ser entendida como uma iniciativa de política externa de Felipe Calderón de maior diálogo e cooperação com a América Latina, com a singularidade de ser um processo mais amplo tanto em dimensões geográficas como temáticas. De acordo com a Secretaria de Relaciones Exteriores do México, o país privilegia a nível multilateral a CELAC e a Organização dos Estados Americanos (OEA) como “fóruns essenciais para o entendimento e a busca de consensos sobre temas de relevância global e regional”. (SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES, 2013) A Secretaria também considerou, além dessas duas instâncias, a Aliança do Pacífico e a Associação de Estados do Caribe mecanismos para fortalecer e marcar uma nova etapa das relações mexicanas com a América Latina e o Caribe. (Secretaría de Relaciones Exteriores, 2013)

De acordo com a Declaração de Caracas, de 2011, a CELAC “[...] deve avançar no processo de integração política, econômica, social e cultural com um sábio equilíbrio entre a unidade e a diversidade de nossos povos [...]”. (MRE, 2011). Nesse sentido, configura-se como uma instância multilateral para cooperação em temas variados e para estabelecer um contrapeso à hegemonia dos Estados Unidos (Ziccardi, 2011). Como colocado pela Secretaria de Relaciones Exteriores (2013) e discutido por Ziccardi (2011), a CELAC parece ser uma iniciativa diplomática mexicana de adaptação à nova ordem, tentando neutralizar no continente a percepção de ser um representante dos interesses de Washington. Além disso, também é uma forma de projetar-se no continente e não se afastar em demasia dos projetos regionais, apresentando-se como um ator mediador e de equilíbrio. (Ziccardi, 2011)

O presidente mexicano Enrique Peña Nieto não compareceu à III Cúpula da CELAC em janeiro de 2015 na Costa Rica, apesar de ter estado presente na China para a Cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), em novembro de 2014, e na Austrália para encontro do G-20. O presidente alegou motivo de prioridade da agenda nacional depois do desaparecimento de 43 estudantes no estado de Guerrero em setembro de 2014 e também da denúncia, no mesmo período, de que sua esposa era dona de uma casa de sete milhões de dólares. Diante da instabilidade da conjuntura nacional mexicana, a agenda externa priorizada não foi a latino-americana, o que sugere o ainda baixo interesse pela região.

Além da sua dimensão intra-regional, a CELAC também busca projetar a América Latina em nível global. Conjuntamente com a II Cúpula da organização, em 2013, foi realizada a I Cúpula CELAC-União Europeia. Na segunda edição, em Bruxelas em junho de 2015, o presidente mexicano Enrique Peña Nieto declarou ser uma oportunidade de “[...] reforzar nuestros vínculos y enfrentar juntos importantes desafíos del mundo actual”. (Secretaría de Relaciones Exteriores, 2015). Em janeiro de 2015 também se realizou a primeira Reunião Ministerial do Foro CELAC-China. Na ocasião foi aprovado o “Plano de Cooperação 2015-2019”, em que se prevê a expansão das trocas comerciais, investimentos

chineses na América Latina e no Caribe e a intensificação da cooperação Sul-Sul em diversas áreas. (Pini, 2015)

Para ser um ator que busca maior “responsabilidade global”, tal como proposto no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2018, o México deve não apenas considerar estreitar laços com a América Latina, mas aprofundar as relações bilaterais com a China. Nos últimos anos, ela se tornou mais intensa, evoluindo da Comissão Binacional Permanente México-China, de 2002, para a Associação Estratégica Integral, em junho de 2013 durante visita do presidente chinês ao México.

Apesar do crescimento do comércio entre os países nos últimos anos, o México é afetado pela competitividade dos produtos chineses, os quais em muitos segmentos competem com os mexicanos. Sendo esse mais um motivo que justifica maior cooperação, a centralidade da agenda econômica na política externa mexicana o leva a buscar o parceiro asiático para ampliar seus investimentos nas iniciativas de abertura lançadas no Pacto pelo México, em 2012. Já foram anunciados investimentos na empresa Petróleos Mexicanos (Pemex), retirada de barreiras comerciais e fóruns para atrair investidores chineses. A via bilateral entre os países complementa as vias multilaterais por meio da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e do Grupo dos 20, nos quais os dois países são membros.

Como muitas dessas iniciativas ainda estão na sua fase inicial, é difícil avaliar seus efeitos no desenvolvimento econômico mexicano e em que grau contribuirão para a diversificação das suas relações econômicas internacionais e para uma inserção externa menos dependente. Ainda assim, é possível afirmar que os resultados ainda se mostram fracos. Flores e Castillo (2012) argumentam que a concentração das relações econômicas (comerciais e de investimentos) mexicanas nos Estados Unidos reduzem os impactos das tentativas de diversificação. Apesar de Felipe Calderón ter buscado reverter as tendências de Vicente Fox principalmente na América Latina, esses esforços não geraram resultados expressivos em termos econômicos (Flores; Castillo, 2012). Mesmo que haja, nesse sentido, um esforço para ampliar a presença do México no mundo, sua dependência dos EUA exerce uma forte influência limitadora.

Há elementos discursivos que demonstram indícios de uma “mudança de rumos” da diplomacia mexicana, mas com resultados ainda fracos. A própria CELAC é apontada pela Secretaria de Relações Exteriores como um “[...] importante foro de diálogo y concertación política de la región”, além de que “[...] permite consolidar el liderazgo de México [...]” (Secretaría de Gobernación, 2016). Contudo, falta a confirmação de acordos significativos, capacidade mexicana de exercer liderança efetiva e estabelecer consensos, além de avanços nas relações econômicas, visto, por exemplo, o baixo índice comercial entre

o México e a América Latina. Sua liderança no continente está vinculada inclusive ao entendimento que estabelece com o Brasil, com cuja economia não apresenta complementaridade.

O contexto internacional variável permite ainda outros arranjos paralelos, como o MIST (México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia), proposto pelo Goldman Sachs em 2011. São países com grande população, com expressivo poder de compra, considerados como potências médias, com políticas econômicas tidas como consistentes e com perspectiva de crescimento econômico estável, inclusive hoje apontadas como maiores que a de alguns dos BRICS (Maihold, 2014). No cenário atual, podem ser beneficiados pela desaceleração chinesa e as baixas perspectivas de crescimento econômico brasileira e russa, apostando em estratégias de inserção mais globalizadas e buscando mais espaço nas instituições internacionais. (Maihold, 2014)

Contudo, apesar de buscar ser reconhecido como uma potência média de atuação mais global, o foco diplomático mexicano continua sendo os países do Norte e a inserção em seus mercados consumidores. O objetivo final das suas relações econômicas internacionais não foi alterado, utilizando-se, todavia, de um caminho mais abrangente e de parcerias mais amplas. A baixa formalização de suas parcerias econômicas permite o engajamento em várias regiões do mundo, trabalhando em várias frentes, mas sem questionar a hegemonia americana e sua influência decisiva na economia e na política internacional. O México se representa como um país que não quer se distanciar da grande potência, justamente por sua dependência comercial e de investimentos e da própria estrutura produtiva.

Assim, é possível identificar três movimentos das relações econômicas internacionais do México que são complementares e que apontam para sua categorização de potência média com uma “política externa multivetorial”. Primeiro, busca reinserir-se na América Latina e recolocar-se nos fóruns regionais, assim como parcerias mais focadas com países similares em estratégias de inserção internacional; segundo, o maior engajamento com a China evidencia-se mais como uma necessidade, visto a velocidade em que este país ganhou espaço na sua balança comercial e nos investimentos externos; por último, aposta simultaneamente em um contrapeso latino-americano à dependência que tem dos Estados Unidos, mas mantém-se próximo aos projetos estratégicos da grande potência (Iniciativa Mérida – 2008 e Parceria Transpacífico – 2012) e da sua escolha preferencial pela OCDE.

## **5. ALGUMAS CONCLUSÕES**

O artigo evidenciou que os recentes movimentos da diplomacia econômica mexicana apontam o interesse do México de ampliar sua presença no mundo, por meio, principalmente, da participação em



fóruns multilaterais, e também as limitações para viabilizar esse objetivo. A tentativa de construção da liderança mexicana na região, de um engajamento mais cooperativo com a América Latina e de diversificação de parcerias para tentar diminuir a dependência dos EUA mostram-se presentes muito mais no discurso do que nos resultados práticos. O México continua “atado” à sua escolha pelos mercados centrais, o que exerce fortes limitações à uma atuação mais global.

O México busca diversificar seus instrumentos de ação, adotar caminhos que abram maiores possibilidades econômicas, ampliar investimentos e parcerias comerciais. Contudo, o eixo central de sua política externa não foi alterado e o país continua privilegiando a estratégia de desenvolvimento aberta com foco prioritário na OCDE. O México estaria então atuando em várias frentes e buscando adaptar-se às possibilidades do sistema internacional com a nova relevância dos países do Sul, sem abrir mão das opções estratégicas dos anos de 1980-1990.

Uma inserção internacional mais globalizada e característica das potências médias implica em três movimentos simultâneos na diplomacia mexicana atual: estabelecimento de consensos e entendimentos com a América Latina para além dos países que o México mantém afinidades político-ideológicas; estreitamento econômico e político com a China, principalmente pela magnitude em que as relações comerciais evoluíram; e a continuidade do México como um país participante dos grandes projetos estratégicos estadunidenses. Nesse sentido, não se busca romper os laços econômicos com os EUA e nem questionar sua influência na América Latina, mas contrabalancear o peso que esse país exerce nas relações econômicas internacionais mexicanas e conquistar maior autonomia.

Além das oportunidades para tal reformulação aparecerem do cenário internacional, os problemas que o México enfrenta para desenvolver-se também geram uma demanda por mudanças. Como foi discutido, os resultados ainda são débeis, faltando inclusive consensos internos para mudanças mais ambiciosas na política externa (Garza; Schiavon; Flores, 2012).

A definição do país como potência média e como potência regional está vinculada a um engajamento mais efetivo com sua região, inclusive estabelecendo contrapesos à hegemonia dos EUA. Contudo, o TLCAN limitou a inserção mexicana na América Latina e sua pretensão de liderança e hoje enfraquece os resultados das suas iniciativas de aproximação com a região, dificuldades que indicam um país em busca de um reposicionamento para o qual ainda não consegue construir estratégias e iniciativas suficientes para enfrentar e resolver seus dilemas.

## REFERÊNCIAS

ALIANZA DEL PACÍFICO. Documentos: Declaración de Paracas. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/documentos/>. Acesso em 21 de janeiro de 2016.

ANYUL, M. P.; MORENO-BRID, J. C.; NÁPOLES, P. R.. La integración regional de México: condicionantes y oportunidades por su doble pertenencia a América del Norte y a Latinoamérica. *Economía UNAM*, v. 8, número 23, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/eunam/v8n23/v8n23a1.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

AVRICHIR, I. Cadeias globais de valor: o que é e por que isso lhe diz respeito?. *Revista da ESPM*, São Paulo, ano 21, edição 100, número 5, setembro-outubro 2015.

BANCO DE MÉXICO. (2006) Balanza comercial de mercancías de México. Disponível em: <http://www.banxico.org.mx/SieInternet/consultarDirectorioInternetAction.do?accion=consultarCuadroAnalitico&idCuadro=CA179&sector=1&locale=es>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

BANCO DE MÉXICO. (2016) Balanza comercial de mercancías de México. Disponível em: <http://www.banxico.org.mx/SieInternet/consultarDirectorioInternetAction.do?accion=consultarCuadro&idCuadro=CE125&locale=es>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

BLACKMORE, H.; PELLICER, O.. México y Estados Unidos: de socios entusiastas a vecinos incómodos. In.: GONZÁLEZ, G.; PELLICER, O.. (Orgs) *Los retos internacionales de México: Urgencia de una mirada nueva*. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2011.

BRID, J. C. M.. La economía mexicana frente a la crisis internacional. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, número 220, março-abril 2009, pp. 60-83. Disponível em: [http://nuso.org/media/articles/downloads/3594\\_1.pdf](http://nuso.org/media/articles/downloads/3594_1.pdf). Acesso em 28 de junho de 2015.

CEPAL. Ingresso de Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe por país receptor. 2008-2014. Disponível em:

[http://www.cepal.org/sites/default/files/pr/files/tabla\\_ingresosied\\_pt\\_2015.pdf](http://www.cepal.org/sites/default/files/pr/files/tabla_ingresosied_pt_2015.pdf). Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

COOPER, A. F.; FLEMES, D.. Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: na introductory review. *Third World Quarterly*, vol. 34, n. 6, 2013. Pp. 943-962. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2013.802501> Acesso em 26 de janeiro de 2016.

ELLIS, R. E.. O novo ambiente estratégico do Transpacífico: uma perspectiva dos EUA. *Revista Política Externa*, São Paulo, vol. 23, n. 4, abril/maio/junho 2015. Pp. 37-48.

FLORES, R. V.; CASTILLO, J. C.. ¿Diversificación o concentración?: la política exterior de México en cifras 2006-2010. *Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM*, número 112, jan-abril 2012, pp. 133-163. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/36044/32760>. Acesso em 3 de fevereiro de 2016.

GARDINI, A.; MALAMUD, G. L.. Has Regionalism Peaked?: The Latin American Quagmire and its Lessons. *The International Spectator: Italian Journal of International Affairs*, Londres, v. 47, número 1, 2012. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/loi/rspe20#.Va99uflViko>. Acesso em 22 de julho de 2015.

GARZA, H. (ed.); SCHIAVON, J. A.; FLORES, R. V. (coords.). Paradojas y paradigmas de la política exterior de México: 2000-2006. México: El Colégio de México – Centro de Investigación y Docencia Económica, 2010. Resenha de LÓPEZ, J. B.. Paradigmas y paradojas de la Política Exterior de México. *Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM*, número 114, setembro-dezembro 2012, pp. 155-164. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/48995>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA. Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018. Disponível em: <http://pnd.gob.mx/>. Acesso em 17 de junho de 2015.

GOLUB, P. S.. From the New International Economic Order to the G-20: how the “global South” is restructuring world capitalism from within. *Third World Quarterly*, vol. 34, número 6, 2013, pp. 1000-

1015. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2013.802505>. Acesso em 7 de fevereiro de 2016.

GUTIÉRREZ, G. S.. La agenda de desarrollo para después de 2015 y los países de renta media. *Revista Mexicana de Política Exterior*, Cidade Do México, número 103, janeiro-abril 2015, pp. 89-109. Disponível em: <http://revistadigital.sre.gob.mx/images/stories/numeros/n103/sanchezg.pdf> Acesso em 28 de outubro de 2015.

IBARRA, C.. La paradoja del crecimiento lento de México. *Revista da CEPAL*, número 95, agosto 2008, pp. 83-102. Disponível em: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/11254-la-paradoja-crecimiento-lento-mexico>. Acesso em 26 de fevereiro de 2016.

ICAZA, CARLOS DE; SANDOVAL, ÉRIKA RUIZ. México, actor com responsabilidade global: jugador em nuevos tableros. *Revista Mexicana de Política Exterior*, número 100, janeiro-abril 2014, pp. 9-48. Disponível em: <http://revistadigital.sre.gob.mx/images/stories/numeros/n100/icazaruiz.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2015.

INEGI. Manufacturas: Indústria manufacturera, maquiladora y de servicios de exportación (IMMEX). Disponível em: <http://www.inegi.org.mx/sistemas/bie/>. Acesso em 6 de julho de 2015.

MAIHOLD, G.. BRICS, MIST, MIKTA: México entre poderes emergentes, potencias medias y responsabilidad global. *Revista Mexicana de Política Exterior*, Cidade do México, número 100, janeiro-abril de 2014, p. 63-79. Disponível em: <http://revistadigital.sre.gob.mx/images/stories/numeros/n100/maihold.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

MRE. I Cúpula da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC) Caracas, 2 e 3 de dezembro de 2011 – Documentos Aprovados. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2890:i-cupula-da-comunidade-dos-estados-latinoamericanos-e-caribenhos-celac-caracas-2-e-3-de-dezembro-de-2011-documentos-aprovados&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2890:i-cupula-da-comunidade-dos-estados-latinoamericanos-e-caribenhos-celac-caracas-2-e-3-de-dezembro-de-2011-documentos-aprovados&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR). Acesso em 21 de janeiro de 2016.

NOLTE, D.. Potencias regionales en la política internacional: conceptos y enfoques de análisis. *German Institute of Global and Area Studies*, Working Papers, número 30. Outubro 2006 Disponível em: [http://repec.giga-hamburg.de/pdf/giga\\_06\\_wp30\\_nolte.pdf](http://repec.giga-hamburg.de/pdf/giga_06_wp30_nolte.pdf). Acesso em 22 de janeiro de 2016.

OCDE. Research and Development (R&D). Disponível em: <https://data.oecd.org/rd/gross-domestic-spending-on-r-d.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

PELLICER, O.. Mexico – a reluctant middle power?. *Friedrich Ebert Foundation*, junho 2006. Disponível em: [http://www.fes-globalization.org/publications/FES\\_BP\\_Mexico\\_Pellicer\\_eng.pdf](http://www.fes-globalization.org/publications/FES_BP_Mexico_Pellicer_eng.pdf). Acesso em 23 de março de 2015.

PINI, A. M.. A Cúpula Celac-China: interesses estratégicos em jogo. *Mundorama*. 7 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/02/07/a-cupula-celac-china-interesses-estrategicos-em-jogo-por-andre-mendes-pini/>. Acesso em 21 de janeiro de 2016.

RUIZ, J. B.. La Iniciativa del Arco del Pacífico Latinoamericano: Um nuevo actor en el escenario de la integración regional. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, número 228, julho-agosto 2010, pp. 44-59. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/la-iniciativa-del-arco-del-pacifico-latinoamericano-un-nuevo-actor-en-el-escenario-de-la-integracion-regional/>. Acesso em 23 de junho de 2015.

SARKIS, M. O.. México en la estructura de poder latino-americana: una aproximación desde el concepto se potencias medias. *Revista Pléyade*, número 5, primeiro semestre de 2010. Pp. 71-99. Disponível em: <http://132.248.9.34/hevila/PleyadeSantiago/2010/no5/3.pdf>. Acesso em 1 de fevereiro de 2016.

SECRETARÍA DE ECONOMÍA. Comercio Exterior/Información Estadística y Arancelaria. Disponível em: <http://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/comercio-exterior-informacion-estadistica-y-arancelaria?state=published>. Acesso em 21 de janeiro de 2016.

SECRETARÍA DE GOBERNACIÓN. Informe da Secretaría de Gobernación à Mesa Directiva de la Comisión Permanente del Honorable Congreso de la Unión. Disponível em: [http://sil.gobernacion.gob.mx/Archivos/Documentos/2016/01/asun\\_3325212\\_20160120\\_1453311193.pdf](http://sil.gobernacion.gob.mx/Archivos/Documentos/2016/01/asun_3325212_20160120_1453311193.pdf). Acesso em 27 de janeiro de 2016.

SECRETARIA DE RELACIONES EXTERIORES. Declaración de Paracas. Disponível em: [https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/28080/X\\_Cumbre\\_de\\_Paracas\\_2015.PDF](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/28080/X_Cumbre_de_Paracas_2015.PDF). Acesso em 20 de janeiro de 2016.

SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES. México fortalece su relación con América Latina y El Caribe. Disponível em: <http://www.gob.mx/sre/prensa/mexico-fortalece-su-relacion-con-america-latina-y-el-caribe>. Acesso em 21 de janeiro de 2016.

SECRETARIA DE RELACIONES EXTERIORES. Posición del Gobierno de México sobre informes adicionales de presuntas actividades de la Agencia de Seguridad Nacional de Estados Unidos. Disponível em: <http://www.gob.mx/sre/prensa/posicion-del-gobierno-de-mexico-sobre-informes-adicionales-de-presuntas-actividades-de-la-agencia-de-seguridad-nacional-de-estados-unidos>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.

SENNES, R. U.. Potência Média Recém-Industrializada: Parâmetros para Analisar o Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 20, número 2, julho-dezembro 1998, p. 385-413. Disponível em: [http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?buscador=publique&infoid=179&query=simple&search\\_by\\_authorn ame=all&search\\_by\\_field=tax&search\\_by\\_keywords=any&search\\_by\\_priority=all&search\\_by\\_section =all&search\\_by\\_state=all&search\\_text\\_options=all&sid=36&text=sennes](http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?buscador=publique&infoid=179&query=simple&search_by_authorn ame=all&search_by_field=tax&search_by_keywords=any&search_by_priority=all&search_by_section =all&search_by_state=all&search_text_options=all&sid=36&text=sennes). Acesso em 5 de janeiro de 2016.

THE PACIFIC ALLIANCE. What is the Pacific Alliance?. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/en/que-es-la-alianza/#what-is-the-pacific-alliance>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

TURZI, M.. Asia y la ¿(des) integración latinoamericana? *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, número 250, março-abril 2014, pp. 78-87. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/asia-y-la-desintegracion-latinoamericana/>. Acesso em 23 de junho de 2015.

WORLD BANK. Data: México. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/mexico>. Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

ZHANG, L.; SCHIMANSKI, S.. Cadeias globais de valor e os países em desenvolvimento. Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. *Boletim de Economia Política Internacional*, Brasília, número 18, setembro a dezembro de 2014. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5322/1/BEPI\\_n18\\_Cadeias.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5322/1/BEPI_n18_Cadeias.pdf) Acesso em: 22 de outubro de 2015.

ZICCARDI, N. S.. México y América Latina: la vía multilateral. In.: GONZÁLEZ, G.; PELLICER, O.. (Orgs) *Los retos internacionales de México: Urgencia de una mirada nueva*. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2011.